



As Novas Questões Territoriais e Regionais

Silvana Sá de Carvalho¹

A partir da década de 1990 o mundo passa por mudanças estruturais nas esferas sócio-econômicas, culturais e geopolíticas, marcadas principalmente pelo uso de novas tecnologias informacionais. Nesse contexto a discussão mais emergente é sobre o processo de globalização e suas conseqüências sobre a sociedade e as relações que nela se desenvolvem. As ciências sociais estão revisando seus conceitos a partir desse tema. A geografia, especificamente, está retomando conceitos já há muito tempo consolidados como território, região, paisagem, fronteira, lugar, etc. Esse trabalho se propõe a discutir as novas conceituações utilizadas para definir território e região, e como esse território é usado, a partir das novas relações trazidas pelo globalismo.

Segundo Ianni (1996) o globalismo nasce no final do século XX, quando se descortinam mais abertamente os impasses e horizontes da globalização, que é um desafio à geografia, à história e às outras ciências sociais. No globalismo o objeto é o mundo, o globo terrestre em todas as suas implicações geo-históricas, sociais, econômicas, políticas, culturais, demográficas, étnicas, religiosas, lingüísticas, ecológicas e outras.

O mundo de hoje é muito mais integrado, com sua economia de tipo pós-industrial, de base terciária/quaternária, com destaque para os setores direta ou indiretamente vinculados aos meios técnico-científicos e informacionais, sendo mais uma etapa do capitalismo financeiramente globalizado. Porém, paradoxalmente, ao mesmo tempo que a globalização caracteriza fortemente o mundo atual ele também é caracterizado pela fragmentação do espaço. (SILVA e SILVA, 1996).

Novos conceitos sobre território e região

Tradicionalmente o território era definido por simples relações de poder e demarcava o espaço de um país ou Estado. Mais tarde, esse conceito se ampliou e ele passou a ser entendido como a extensão apropriada e usada. Nos últimos anos, com a incrementação do

¹ Doutoranda da Universidade Federal de Sergipe: silsa@atarde.com.br

processo de globalização, para explica-lo é preciso considerar o grau de complexidade na definição dos recortes territoriais frutos de diversos fatores agindo em múltiplas escalas.

Na medida em que se desenvolvem os processos e as estruturas que se configuram o globalismo como um todo complexo e problemático, todos se dão conta de que o Estado-nação está abalado, em declínio, desafiado a ressituar-se. Nesse contexto logo se exigem outras definições de categorias como “Estado-nação” e “soberania”, chegando-se a se falar atualmente em transnacionalização do território. A globalização abalou as bases sociais que garantiam certa clareza e continuidade às categorias de pensamento do geógrafo, provocando uma mudança de lugar e de significado no território, na fronteira, na província, no local, no lugar e na paisagem, gerando um novo mapa do mundo. No mesmo sentido o povoado, a vida, a cidade, a metrópole, a megalópole e a nação mudam de lugar e significado (IANNI, 1996).

Segundo Silva e Silva (2003), hoje o território não só expressa as complexas relações de poder, mas também se começa a valorizar sua identidade, seus laços de coesão e solidariedade, e capacidade de se organizar social e politicamente.

Santos (1994) aponta que hoje o território, além de ser submetido a uma lei e um poder jurídico que estabelece comportamentos e sanções formando regiões formais e instituídas, é também definido em função da racionalidade da produção do próprio espaço, de sua dependência técnica. O modo como o território se organiza faz com que alguns tornem-se mais aptos que outros, permitindo com que determinadas atividades se instalem.

Nesse contexto Ianni (1996) fala de desterritorialização, quando se multiplicam e se agilizam os meios de comunicação, informação e decisão, tornando as coisas, gentes e idéias volantes ou voláteis; porém desterritorializar caminha de par com reterritorializar em outros espaços. Para Silva e Silva (1996: p.98) a desterritorialização se caracteriza pela “crescente independência dos setores produtivos com relação aos recursos localizados em um dado território e em um contexto econômico global”.

Juntamente com a questão territorial emerge a questão regional: ancorada numa concepção de escala cartográfica, a visão geométrica da geografia e do espaço define a região a partir dos limites. Considerando o processo histórico, a região é receptáculo de eventos do mundo e produtora, também a partir do que já existe, da história concreta. As formas materiais e sociais são criadas e recriadas e a região, como extensão do fenômeno geográfico, muda porque muda a constituição do território. A coerência funcional – e não os limites – passa a definir a continuidade da vida da região (SILVEIRA, 2003). O fato de

ter vida curta não muda a definição do recorte territorial; e “a região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem” (SANTOS, 1999: p.197).

Segundo Santos (1999: p. 196), “na mesma vertente pós-moderna que fala de fim do território e de não-lugar, inclui-se também a negação da idéia de região, quando exatamente, nenhum subespaço do Planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, individualização e regionalização”. Afirma-se que “a expansão do capital hegemônico em todo planeta teria eliminado as diferenciações regionais e, até mesmo, proibido de prosseguir pensando que a região existe... Mas, ao contrário, ...as regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos por outro nome”.

Com a reformulação do papel do Estado-nação e sua relativa perda de poder no ordenamento territorial desta virada de século, definir região frente ao Estado-nação se tornou problemático (HAESBAERT, 1999). As transformações mundiais deste século, aceleradas vertiginosamente no após-guerra, fizeram com que a configuração regional do passado desmoronasse – fala-se na morte da região pela dificuldade de se apreender os novos nexos regionais. O edifício regional hoje é muito mais complexo do que aquele estabelecido no passado (SANTOS, 1994).

Silva e Silva (2003) afirmam que no atual contexto geográfico-econômico e social, com a intensificação dos processos de globalização, que coloca em evidência a importância competitiva dos territórios, é importante analisar o comportamento dos lugares e regiões “no âmbito da territorialização, ou seja, de unidades espaciais socialmente integradas e solidárias, diante dos processos de desenvolvimento” (p.18), seja em uma escala global, nacional, regional ou local.

Segundo Haesbaert (1999) a Geografia regional sempre se preocupou em responder a questão da diversidade geográfica ou territorial; portanto, cabe a essa nova Geografia regional explicar os recortes espaciais a partir da globalização-fragmentação e das desigualdades-diferenças que lhes são próprios, através das relações global-local. Deve-se buscar agora as razões que justificam hoje, em plena dinâmica globalizadora, a produção da diferença/diversidade em sua manifestação territorial.

A partir desse contexto pode-se observar uma mudança conceitual em relação a território e região, como pode-se ver no quadro a seguir:

| | Conceito tradicional | Conceito contemporâneo (globalismo) |
|-------------------|---|--|
| Território | Definido por simples relações de poder, da soberania nacional. | Apropriação do espaço geográfico e expressão do conjunto de relações sócio-econômicas, culturais e políticas. |
| Região | Expressão da territorialidade absoluta de um grupo definido por identidade, exclusividade e limites. O estudo da região era marcado pela singularidade, síntese, continuidade espacial, estabilidade, quase sempre dentro de uma meso-escala. | Expressão das formas materiais e sociais criados e recriados no tempo e que mudam constantemente. Com a globalização ficou difícil falar em estabilidade e continuidade. A sobreposição das escalas dificulta a análise regional. Prevalece a complexidade e a fragmentação na definição dos recortes regionais. |
| | Limites e fronteiras bem definidos. | Limites superpostos ou sem limites – suas definições dependem sempre de determinado ponto de vista. |
| | Facilmente cartografáveis. | Difícilmente cartografáveis. |

Fonte: Baseado em Haesbaert, 1999; Santos, 1999 e Silva e Silva, 2003.

Mudanças trazidas pelo processo de globalização

Segundo Diniz (2000) o processo de globalização trouxe mudança nas estruturas produtivas, nas relações técnicas e sociais de produção, nos seus padrões organizacionais e locacionais. Ela é resultado e condicionante das rápidas e radicais mudanças tecnológicas, trazidas pela competição capitalista. Essa lógica valoriza o espaço de fluxos sobre o espaço de lugares, enfatizando a sociedade em rede. Diniz afirma que a globalização não é um simples aumento de internacionalização, mas implica mudanças nas relações de poder, novas formas de cooperação e competição. A globalização não elimina os contextos sociais e institucionais locais, ao contrário, reforça a importância dos tecidos locais.

Por tudo isso a globalização implica também em mudanças no desenho territorial e regional. Os anos 90 foram marcados pelo processo de incrementação da globalização. Os sinais desse processo são (CASTELLS, 1999; DINIZ, 2000; GALVÃO, 1998; SANTOS, 1999; SILVA e SILVA, 2003):

A) Espaço global de fluxos e decisões - Segundo Castells (1999: p. 467) “tanto o espaço quanto o tempo estão sendo transformados sob o efeito combinado do paradigma da tecnologia da informação e das formas e processos sociais induzidos pelo processo atual de transformação histórica”. Para o autor a denominação espaço global de fluxos serve para descrever a manifestação espacial de poder e função em nossas sociedades a partir desse novo paradigma:

A infra-estrutura tecnológica que constrói a rede define o novo espaço como as ferrovias definiam as “regiões econômicas” e os “mercados nacionais” na economia industrial; ou as regras institucionais de cidadania específicas das fronteiras definiam as “cidades” nas origens mercantis do capitalismo e da democracia. Essa infra-estrutura tecnológica é a expressão da rede de fluxos (p.502).

Castells (1999) afirma ainda que “a economia global/informacional é organizada em torno de centros de controle e comando capazes de coordenar, inovar e gerenciar as atividades interligadas das redes de empresas” (p. 469). Os chamados serviços avançados – baseados no uso da tecnologia da informação e geração de novos conhecimentos – estão no cerne de todos os processos econômicos. De um lado estão localizados em toda a geografia do planeta (exceto nos espaços de marginalidade), por outro tem havido uma concentração espacial da camada superior dessas atividades em alguns centros nodais, que segue uma hierarquia nos centros urbanos. Os territórios em torno desses nós desempenham uma função cada vez mais subordinada perdendo, às vezes, a importância da própria função. A cidade global deixa de ser lugar e passa a ser processo que conecta serviços avançados, centros produtivos e mercado em uma rede global com intensidades e escalas diversas.

B) Mercado mundial além das fronteiras - O processo de regionalização da economia global dissolveu-se em uma estrutura de padrões comerciais de diversas camadas, diversas redes, que não se pode apreender por intermédio das categorias de países como unidades de comércio e concorrência. A unidade de comércio não são os países e sim as empresas que querem chegar aonde for possível em todo o mundo, através das redes que operam no mercado mundial, das novas tecnologias de comunicação e dos

transportes. É importante ressaltar o papel dos governos como apoio e suporte para essas transações, o que vai acabar refletindo na região (CASTELLS, 1999).

C) Desenvolvimento das redes de infra-estrutura informacionais - Castells (1999) apresenta o informacionalismo como novo modo de desenvolvimento, baseado na produtividade a partir da geração de conhecimento sobre conhecimento e desenvolvimento tecnológico para processamento da informação. Isso influencia não apenas no modo de produção, mas nas relações sociais em todos os âmbitos.

Santos (1994) diz que tais redes são globais, funcionam como instrumento de uma produção, circulação e informação mundializados. Incubem-se de transportar o universo ao local, unindo diferentes pontos ou regiões numa mesma lógica produtiva. Mas as redes também são locais, pois no lugar a rede praticamente se integra e se dissolve pelo trabalho coletivo.

D) Modos de produção mais flexíveis - O antigo regime fordista de produção em massa e verticalizado, baseado em economia de escala em um processo mecanizado, está sendo substituído por outro baseado na produção flexível, onde tanto o capital quanto a mão-de-obra deverão se prestar a propósitos cada vez mais gerais e serem capazes de operar dentro de contextos que exigem rápidas mudanças para a criação de novos produtos, novos processos e novos métodos de organização. Essa produção flexível é marcada pelas transformações tecnológicas utilizadas no processo e pela flexibilidade também do produto devido às variações de mercado (GALVÃO, 1998 & CASTELLS, 1999).

Galvão (1998) diz que nesse novo regime, acontece a desterritorialização das atividades econômicas, na qual a empresa/indústria moderna procura localizar cada segmento das suas operações no local mais apropriado e também, adquirir componentes de outras empresas em todo mundo, em busca de melhor qualidade e de maior competitividade. Isso pode produzir efeitos espaciais em duas direções: concentrar indústrias intensivas em conhecimento e mão-de-obra muito qualificada nas regiões e países mais industrializados e dispersar pelo mundo, inclusive nos países e regiões menos desenvolvidos, as indústrias que demandam mão-de-obra menos qualificada, baseadas em operações repetitivas e elementares, até utilizadoras de tecnologia avançada, mas com exigência de um número reduzido de trabalhadores muito qualificados.

Segundo Castells (1999) o novo espaço industrial marcado pela alta tecnologia é caracterizado por:

- Profunda divisão técnica e social do trabalho dentro dos setores;

- Separação do processo produtivo em diferentes localizações, porém reintegrados pelas conexões de telecomunicações (divisão espacial internacional do trabalho);
- Importância dos meios de inovação – produção e gerenciamento a partir de uma organização social e territorial que compartilha uma cultura de trabalho visando gerar novos conhecimentos e novos produtos;
- Fabricação articulada em redes globais, segundo especificidade geográfica para cada fase do processo produtivo;
- Espaço organizado em torno de fluxos de informação que, ao mesmo tempo, reúnem e separam territórios.

E) Novo papel do Estado - Questiona-se sobre o novo papel do governo, na concepção e formulação de novas políticas de desenvolvimento regional - nos anos 70 e 80 assistiu-se a um desencanto com o Governo e à vitória de uma nova ordem econômica mais centrada nos mecanismos do mercado. Nesse novo contexto econômico espera-se do governo um novo papel, de ordem mais qualitativo, que é o de liderar, coordenar, facilitar e implementar programas de desenvolvimento e promoção do crescimento econômico e social. Em relação à ação governamental existe atualmente o reconhecimento de que as políticas de incentivos fiscais e controles locacionais não estão mais em sintonia com as estratégias modernas de desenvolvimento regional – a melhor política regional é a de criar um ambiente econômico e institucional mais favorável nas regiões para que estas possam se tornar ágeis, flexíveis e eficientes e enfrentar a competitividade e os constantes avanços na esfera tecnológica (GALVÃO, 1998).

Quando se fala que o Estado tornou-se desnecessário o que Santos (1999) afirma é que é um equívoco, pois a emergência de organizações e firmas multinacionais realça ainda mais o papel do Estado, tornando-o mais indispensável do que antes.

F) Guerra de lugares – Atualmente desenvolve-se uma concorrência entre regiões e cidades – existe uma guerra de lugares que é mundial e não nacional, porque as economias e os territórios são pensados e organizados a partir de uma lógica global. Segundo Santos (1999) os lugares se distinguem pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral). Para o autor:

Sem minimizar a importância das condições naturais, são as condições artificialmente criadas que sobressaem, enquanto expressão dos

processos técnicos e dos suportes geográficos da informação. Tal produtividade pode não ser duradoura, desde que outro lugar passe a oferecer àquele produto melhores vantagens comparativas de localização (p.198).

Segundo Diniz (2000) a inovação tecnológica desenvolve um papel importante na competição entre as regiões - as regiões que aprendem baseadas na tríade informática-computação-telecomunicação sustentadas na visão de que o conhecimento é o recurso mais importante para a inovação e a competição apresentam vantagens em relação a outras. O incremento do conhecimento científico e tecnológico nos bens e serviços traz um novo desafio para as regiões/localidades como condição para o sucesso produtivo e comercial. As redes inovativas são aquelas que agregam comunicação, cooperação e coordenação dos atores agindo como elementos facilitadores do processo de inovação. Ainda segundo o autor, além da inovação tecnológica, aposta-se nos atributos próprios da região - nesse caso o processo de inovação resulta da combinação entre pesquisa, desenvolvimento e sua interação com as condições econômicas e sociais presentes em cada espaço através da interação empresa-meio.

G) Atuação de atores hegemônicos - As empresas hegemônicas, armadas com uma informação adequada, servem-se de todas as redes e se utilizam de todos os territórios. Além disso, os avanços técnicos-científicos-informacionais fazem com que objetos e ações, cada vez mais, sejam operacionais e se dêem de forma sistêmica, ou seja, a serviço dos atores hegemônicos. Os territórios nacionais se transformaram num espaço nacional da economia internacional e os sistemas de engenharia mais modernos, criados em cada país, são mais bem utilizados por firmas transnacionais que pela própria sociedade nacional (SANTOS, 1994 e 1999). Os atores hegemônicos constantemente mudam as condições materiais e organizacionais do território para que ele se “adeque” a sua conveniência. Esse processo conduz a uma viabilidade do território destinado a produtividade e é gerado pela falta de governabilidade do espaço geográfico.

Atualmente o desafio são os impasses e as perspectivas geradas pela globalização do mundo. Busca-se novas formas e possibilidades do espaço, território, fronteira, cartografia, etc. Segundo Silva e Silva (1996) o impacto trazido pela globalização centrada na desregulamentação e integração financeira e econômica, e apoiada na revolução técnica-científica e informacional tem sido muito importante para a Geografia, reformulando conceitos tradicionais e introduzindo novas questões. Para os autores a globalização está conseguindo unir, através de complexas redes econômico-financeiras, políticas e sócio-

culturais, todas as instâncias do espaço geográfico - o lugar, a região, a nação e a macrorregião (poderíamos acrescentar também o território) - em uma nova realidade, a de um mundo só.

Uso do território - Através da técnica no tempo e no espaço

Para Milton Santos, o segredo da metamorfose do objeto da geografia, e de praticamente todas as ciências sociais, é a técnica. Ele valoriza o papel das técnicas nas mudanças das relações entre o tempo e o espaço no mundo. A ciência transformada em tecnologia, as conquistas do pensamento científico traduzidas em processos de produção, comunicação, informação e controle são os elementos cruciais da revolução que atinge os territórios e as fronteiras das nações (IANNI, 1996 & SILVA e SILVA, 1996).

Por isso apresenta-se aqui uma abordagem para estudar o uso do território através das técnicas utilizadas no espaço geográfico. Segundo Santos e Silveira (2001) as técnicas, a materialidade e seu uso seriam as bases de uma periodização do território usado:

Na medida em que são representativas das épocas históricas, as técnicas (e não apenas a tecnologia, e sim todas as formas de técnicas, com ênfase nas que hoje têm embutida a ciência e a informação – uma técnica informacional e não pura tecnologia), funcionando solidariamente em sistemas, apresentam-se assim como base para uma proposta de método. Esses sistemas técnicos incluem, de um lado, a materialidade e, de outro, seus modos de organização e regulação. Eles autorizam, a cada momento histórico, uma forma e uma distribuição do trabalho (p. 20).

Nesse contexto o uso do território pode ser definido pela implantação de infraestrutura, ou sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. Um dado indispensável ao entendimento das situações ora vigentes é o estudo do povoamento abordado, sobretudo, em sua associação com a ocupação econômica, assim como os sistemas de movimento de homens, capitais, produtos, mercadorias, serviços, mensagens, ordens (SANTOS e SILVEIRA, 2001).

Os sistemas técnicos considerados por Santos e Silveira (2001) são:

- As técnicas que se tornaram território, com sua incorporação ao solo - rodovias, ferrovias, hidrelétricas, telecomunicações, emissoras de rádio e TV, etc.,
- Os objetos técnicos ligados à produção - veículos, implementos,

- Os insumos técnico-científicos - sementes, adubos, propaganda, consultoria - destinados a aumentar a eficácia, a divisão e a especialização do trabalho nos lugares.

Analisando o território a partir do desenvolvimento do uso da técnica no tempo e no espaço, Santos (1999, p. 186) afirma que “a história das relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a da substituição de um meio natural, dado a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade”. Ele divide a história do meio geográfico em três etapas:

- O meio natural – o meio natural generalizado era utilizado pelo homem sem grandes transformações. As técnicas e o trabalho se casavam com a própria natureza, com a qual se relacionava sem outra mediação (período que vai desde quando o homem começa a domesticar plantas e animais e vai aproximadamente até meados do século XVIII);

- O meio técnico – nasce na emergência do espaço mecanizado. O componente material do espaço é formado pelo “natural” e pelo “artificial” ao mesmo tempo. As regiões passam a se distinguir em função da extensão e da densidade da substituição dos objetos naturais por objetos técnicos, maquinicos (começa em final do século XVIII e vai até meados do século XX);

- O meio técnico-científico-informacional - é a cara geográfica da globalização. É marcado pela união entre técnica e ciência, sob a égide do mercado (que por causa justamente da técnica e da ciência, torna-se global). Neste período, os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais. A ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato (começa após a segunda guerra mundial, sua afirmação vai dar-se nos anos 70 e perdura até os dias atuais).

Santos (1999, p.191) afirma que:

A informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação.

Para Silveira (2003) nos dias atuais, um novo conjunto de técnicas torna-se hegemônico e constitui a base material da vida da sociedade. É a ciência que, dominada por uma técnica marcadamente informacional, aparece como um complexo de variáveis que comanda o desenvolvimento do período atual. “A globalização pode ser entendida

como um período histórico no qual a ciência, a técnica e a informação vêm comandar a produção e o uso dos objetos, ao mesmo tempo que impregnam as ações e determinam as normas” (p. 408).

“Pelo fato de ser técnico-científico-informacional, o meio geográfico tende a ser universal. Mesmo onde se manifesta pontualmente, ele assegura o funcionamento dos processos encadeados a que se está chamando de globalização” (SANTOS, 1999: p.191).

Uma das conseqüências mais relevantes do uso da tecnologia é a globalização das relações financeiras que funcionam atualmente em tempo real através de uma rede interligado de pontos, como nos relata Silva e Silva (1996): “Como conseqüência da interligação mundial dos centros financeiros desapareceu da economia desmaterializada o problema da localização geográfica” (p. 98).

Olhando para esse novo meio geográfico, busca-se compreender o papel dessas novas formas geográficas impregnadas de ciência, tecnologia e informação e os seus papéis sociais, jurídicos e políticos.

Propostas para uma nova territorialidade e uma nova regionalização

Apresentam-se aqui algumas propostas para a construção de uma nova territorialidade e uma nova regionalização, todas centradas na valorização do local, com base na cooperação e solidariedade entre lugares e regiões, na inovação tecnológica, e num projeto nacional que seja capaz de regular a ação dos atores hegemônicos e a distribuição equilibrada de recursos e investimentos sobre o território nacional.

Silva e Silva (2003) propõem uma integração entre territorialidade e desenvolvimento, privilegiando “as questões referentes à emergência de novas territorialidades, expressando coesão e solidariedade” (p. 22), com projetos em diferentes escalas diante dos processos de globalização. Segundo os autores “hoje, busca-se uma visão mais aberta, autônoma, participativa e de auto-gestão, priorizando micro e meso-escalas” (p.22), incluindo o local, o regional, o nacional. Nesse contexto é possível fazer um balanço entre os “efeitos perversos da globalização” - exclusão e desintegração social e territorial - e a “globalização como uma janela de oportunidades” - valorização ou revalorização do potencial dos recursos endógenos.

Atualmente observa-se o emergir da combinação dos fatores exógenos com os endógenos no processo de desenvolvimento dos territórios. Segundo Silva e Silva (2003):

Esta mudança seria uma decorrência da constatação das dificuldades dos governos centrais... em continuar, com a mesma intensidade, a aplicar

políticas regionais e locais, de cima para baixo. Por outro lado, constatava-se o surgimento de novos territórios econômicos, formados a partir de suas bases, como o Vale do Silício (EUA) e a Terceira Itália, fortemente inseridos nos processos de globalização (p.20).

Hoje, a endogenia caracteriza-se pela capacidade organizacional das comunidades locais e regionais em definir prioridades e formas de ação inovadora que possam dinamizar as atividades econômicas, sociais, políticas e culturais em busca de patamares mais elevados (p. 23).

Está chamando a atenção, pelas repercussões sócio-econômicas e territoriais, a recente experiência de desenvolvimento em torno de clusters – aglomerados geográficos-econômicos de atividades afins. Atribui-se ao economista Michael Porter o uso inicial da palavra “cluster”, para designar novas formas de organização da atividade econômica. O cluster define uma região altamente competitiva dedicada a uma atividade produtiva específica:

Cluster são concentrações geográficas de empresas interconectadas, que oferecem produtos e serviços especializados, e instituições associadas em um campo particular presente em uma nação ou região. Os *cluster* se evidenciam porque aumentam a produtividade que tais empresas buscam. Iniciativas para o desenvolvimento de *cluster* dão novos direcionamentos nas políticas econômicas, favorecem estabilização macroeconômica, abertura de mercado e redução de custos nas transações de negócios (PORTER, 2003).

Michael Porter defende que cada região se desenvolve de acordo com suas vocações próprias, bastando apenas que a iniciativa privada invista, e que haja centros de conhecimentos e de tecnologia que dêem suporte e fatores naturais e culturais que favoreçam o desenvolvimento da atividade. O cluster é baseado no fato que empresas de uma mesma cadeia produtiva trabalhem em rede em uma mesma região são mais produtivas e inovadoras, ou seja, apresentam mais facilidade para atrair investimentos do que se trabalhassem sozinhas. A produtividade é favorecida pela diminuição das distâncias entre as empresas que formam a cadeia e pelas relações de confiança geradas entre elas.

Galvão (1998) afirma que a emergência desses novos espaços industriais decorre da desintegração vertical dos processos produtivos. Em vários países do mundo, grupos de empresas estão se aglomerando em certos locais ou regiões, e passando a desenvolver fortes relações baseadas na complementaridade, na interdependência, na cooperação e na troca de informações.

“Começa a se implantar, portanto, uma nova organização em forma de sistemas, setoriais e localizados, articulados a outros sistemas relacionados com diferentes setores em diversos territórios... (Os *cluster*) são exemplos importantes que realçam o potencial endógeno dos lugares e regiões direcionando-os para aproveitar ao máximo as vantagens competitivas dos mercados externos o que provoca, finalmente, a integração entre os dois fatores” (SILVA e SILVA, 2003: p.25).

Segundo Castells (1999), as regiões impulsionadas pelos governos e empresas competem na economia global estabelecendo redes de cooperação entre as instituições regionais e as empresas localizadas nas áreas, integrando-se às redes internacionais que ligam seus setores mais dinâmicos.

Silva e Silva (2003) indicam também que será preciso avançar bastante nos temas referentes à competição exarcebada entre territórios, evitando que a mesma represente, no final das contas, um jogo-de-soma-zero, propondo, em contrapartida, inovadoras e diretas formas de cooperação territorial. É necessário um projeto nacional para haver um controle nessa dinâmica resultando numa melhor distribuição de recursos e investimentos.

A preocupação de Santos (1994) é sobre o que fazer para poder planejar regionalmente e, se possível, alcançar o comando da evolução do lugar. Ele questiona como romper com a perversidade de uma ordem global a serviço, única e exclusivamente, das ações hegemônicas.

Para ele, antes de mais nada, torna-se necessário a criação de autoridades regionais que, descentralizadas do Estado Federal, sejam mais dotadas de prerrogativas e recursos adequados para implantar projetos que levam em conta as reais necessidades locais. Um outro aspecto seria criar um saber que seja voltado para apreender o lugar e o mundo.

Já Galvão (1998) aposta nas possibilidades de inovação tecnológica que a região pode desenvolver através de novos instrumentos de planejamento regional. Para potencializar a capacidade social das regiões, as políticas públicas tornam-se relevantes como suporte ao processo de inovação e modernização produtiva. As políticas públicas deveriam também tentar compensar as ineficiências geradas pela excessiva concentração de recursos em algumas áreas do país e diminuir as desigualdades espaciais de desenvolvimento, geradas por esse novo modelo econômico.

“Para compreender como e por que a tecnologia se difunde na economia global é importante levar em conta o caráter das novas tecnologias de informática, que têm o potencial extraordinário de difusão para além da fonte, contanto que encontrem a infraestrutura tecnológica, o ambiente organizacional e os recursos humanos a serem

assimilados e desenvolvidos por meio do processo de aprender fazendo” (CASTELLS, 1999: p. 168).

Galvão afirma que as políticas regionais devem ter como objetivo principal o de criar nas regiões um ambiente favorável à atração de investimentos, desenvolvendo e fortalecendo instituições que conduzam ao aumento de sua capacidade de transformação e de aceitação de inovações tecnológicas e que propiciem um maior grau de integração espacial dentro da região e entre as demais regiões do país.

Para Castells (1999: p.165) “a geração de conhecimentos e a capacidade tecnológica são as ferramentas fundamentais para a concorrência entre empresas, organizações de todos os tipos e, por fim, países”. O autor alerta que existe uma concentração de ciência e tecnologia num número menor de países - mesmo que a Internet tenha contribuído para a formação de um sistema científico global, ainda persiste uma assimetria na produção científica em relação aos países em desenvolvimento. Para esses países, existe a necessidade de políticas nacionais que capacitem a mão-de-obra e as empresas locais a entrar em cooperação com redes transnacionais de produção e competir no mercado mundial. Esses governos deveriam se responsabilizar pelo fornecimento dos recursos humanos e infra-estrutura tecnológica.

Por fim, percebe-se que a globalização e o meio técnico-científico-informacional, a priori, não destroem ou negam a região ou o território. É possível se apropriar, trabalhar e planejar nesses novos espaços configurados por essas novas relações trazidas por todo esse processo marcado por novas tecnologias e pelo informacionalismo. Um novo espaço geográfico pode ser construído, desde que sejam valorizadas as relações de cooperação e coesão entre os lugares e territórios, que haja um terreno fértil para assimilação de inovações tecnológicas através de um processo educacional sério e comprometido e um Estado regulador das ações dos grandes investidores distribuindo equilibradamente seus recursos pelo território nacional.

Referências bibliográficas

BRITO, Cristovão. Revisando o Conceito de Território. *Revista de Desenvolvimento Econômico*, Ano IV, Nº 6, Julho de 2002. Salvador, Unifacs, 2002, p. 12-20.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Tradução: Roneide Venâncio Majer. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999, 698p.

DINIZ, Clélio Campolina. *Global-Local: Interdependências e Desigualdades ou Notas para uma Política Tecnológica e Industrial Regionalizada no Brasil*. Rio de Janeiro, Instituto de Economia da Universidade Federal Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, xeroc., 29p., 2000.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. *Por uma Nova Política de Desenvolvimento Regional: a Experiência Internacional e Lições para o Brasil*. Macau, III Congresso do Economistas da Língua Portuguesa, junho de 1998. Disponível em <<http://race.nuca.ie.ufrj.br/nuca-wp/wkpapers;php3>>.

HAESBAERT, Rogério. Região, Diversidade Territorial e Globalização. *Geografia*, Ano 1, Nº 1. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 1999, p. 15-39.

IANNI, Octávio. O Novo Mapa do Mundo. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *O Mundo do Cidadão. Um Cidadão do Mundo*. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 358-363.

PORTER, Michael. *Competition and Economic Development*. Disponível em: <<http://www.isc.hbs.edu/economicdevelopment.htm>>. Acesso em julho de 2003.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo, Hucitec, 1999, 308p.

_____. *Desafio do Ordenamento Territorial "O Pensamento"*. Xerocopiado, 1994, 6p.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI*. São Paulo, Editora Record, 2001.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. Geografia Aplicada, Planejamento e Desenvolvimento: Raízes em Tributo a Milton Santos. In: SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. *O Mundo do Cidadão. Um Cidadão do Mundo*. São Paulo, Hucitec, 1996, p. 155-160.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e SILVA Barbara-Christine Nentwig. *Estudos sobre Globalização, Território e Bahia*. Salvador, Mestrado em Geografia/Departamento de Geografia/UFBA, 2003, 181p.

_____. Globalização e Reestruturação Territorial no estado da Bahia. *Geografia*, Vol 21(2). Rio Claro, 1996, p. 67-85.

_____. Lugares e Regiões em um Contexto de Dinâmica Global. *Revista de Geografia*. Recife, UFPE/DCG-NAPA, v. 12, n.2, jul./dez., 1996. p. 91- 105.

SILVEIRA, Maria Laura. A Região e a Invenção da Viabilidade do Território. In: SOUZA, Maria Adélia de. *Território Brasileiro Usos e Abusos*. Campinas, 2003, p. 408-416.

The New Territorial and Regional Questions

Abstract

In the last years the world passed for structural changes in the partner-economic, cultural and geopolitical spheres, marked mainly for the use of new informational technologies. From the globalization geography is retaking consolidated concepts, as territory and region. This work argue the new used conceptualizations to define territory and region, and how the territory is used, from the new relations brought for the globalization. The text also presents some proposals for the construction of a new territoriality, centered in the valuation of the place, in the cooperation and solidarity between places and regions, in the technological innovation, inside of a regulating national project of the action of external agents.

Keywords: Territory, Region, Globalization